

RESUMO

Este artigo analisa a inserção social, política e econômica de uma nova categoria social denominada de "novos livres". Usada originalmente como designação oficial para qualquer indivíduo libertado pelos decretos de emancipação no Caribe, designa aqui uma parte da força de trabalho, deslocada de um sistema produtivo para outro, levando, inclusive, em consideração não só as estruturas sociais caribenhas como sua inserção na economia internacional.

1 - Uma nova categoria social

As atuais populações do Caribe nelas se estabelecem por ocasião da implantação da economia colonial. Ora, as unidades de produção dessa economia, as "plantations", são incapazes de reproduzir suas partes constitutivas - capital e trabalho - devido à sua total extroversão. Trata-se, ou de unidades de produção de uma espécie bastante particular à qual faltariam razões de ser, economicamente falando, ou então deve-se considerá-las ramos ou subdivisões (de além-mar) das grandes companhias comerciais. Sob este último enfoque, os fluxos de capitais que as sustentam e que as sustentam e que por elas são alimentados reencontram sua lógica. Entretanto, o observador continua diante do problema de reprodução

(*) Sociólogo, pesquisador do Institut Haïtien de Coopération et d'Etudes Latino-Américaines et Caraïbéennes. Tradução de Regina do Prado.

da mão-de-obra. Em uma economia de "plantation", importações sucessivas ou sazonais de trabalhadores são indispensáveis. Uma única organização territorial não basta como base de apoio.

Deve-se perguntar, pelo menos no Caribe, qual categoria social contribui com seu trabalho para este tipo de economia. Enquanto a pesquisa se centra nos projetos de sociedade que as potências coloniais desejam estabelecer na região, ela descreve uma estrutura econômica normativa e esforços de enquadramento da vida cotidiana. Durante os séculos XVII e XVIII, essas potências estavam em condições de impor seus projetos, os investimentos necessários à implantação de um sistema escravagista já existindo então.

No século XIX, o capital é solicitado pelas grandes aventuras industriais. A partir deste período de declínio da economia "plantation", torna-se mais pertinente, se se quer compreender a evolução da região, observar a organização da vida cotidiana e a estrutura econômica que responde pela reprodução da população. Este encaminhamento leva à identificação de um conjunto de normas que diferem das prescrições metropolitanas e que partem da evidência do dualismo das sociedades locais. Um tal encaminhamento permite, assim, apreciar, em seu justo valor, o papel da "plantation" e de suas instituições de suporte na malha social nacional.

O século XIX é o período de formação dos povos do Caribe. Os embriões de organização endógena desabrocham durante essa época. O capital do Caribe e as autoridades coloniais fazem, naturalmente, o melhor que podem para salvaguardar as estruturas sociais e econômicas tradicionais. Mas o contexto internacional não se presta para isso.

A organização de uma agricultura de exportação durante esse período é mais ou menos dinâmica, segundo as condições dos territórios em questão e a proteção dada pelas metrópoles. G. Beckford resume assim as medidas tomadas para garantir a sobrevivência da "plantation".

"(...) Em todas as regiões onde foram estabelecidas as primeiras "plantations" do Novo mundo, os ajustes à abolição da escravatura se fazem, no essencial, de modo idêntico: o monopó-

lio fundiário do plantador impedindo os antigos escravos de se libertarem dos trabalhos executados na "plantation"; legislação editada pelos governos colocados sob controle dos plantadores, a fim de forçar os antigos escravos a continuarem nas "plantations"; outras disposições visando a perpetuar "o vínculo" dos antigos escravos à "plantation", e, enfim, imigração de novos trabalhadores, onde fracassaram todas as outras disposições".(1)

Entre a totalidade das "outras disposições" que garantem o vínculo às "plantations", esse economista salienta a criação de impostos e de taxas que obrigam os antigos escravos a evoluir no seio de uma economia monetarizada - mesmo que não necessariamente de mercado - e lhes impedem qualquer volta às antigas formas de escravatura. Todas estas são medidas que agravam ainda mais a regulamentação contra a "vagabundagem", maneira como a migração interna é chamada oficialmente. A imobilização dos trabalhadores e a necessidade de dinheiro vivo se somam à penúria artificial das terras cultiváveis para criar um conjunto de circunstâncias que, sem serem de natureza econômica, representam obstáculos que delimitam o campo de ação econômica da população.

Assim, depois da emancipação geral dos escravos, o sistema de produção dominante não é mais claramente definido do que a "plantation" escravagista. Vê-se aparecer no Caribe diferentes tipos de trabalhadores agrícolas. Eles não são mais uma propriedade do plantador e gozam, a partir daí, de um certo poder de negociação.

As negociações concretas que mantêm os empregados, assim como as condições de vida dos agrupamentos que eles organizam, reproduzem, entretanto, décadas depois, situações vividas debaixo da tutela dos antigos mestres. Devido às marcas que os processos de criouliização do período precedente deixaram na mentalidade dos antigos mestres e escravos, teríamos o direito de esperar que subsistissem, de ambas as partes, comportamentos denotando uma certa continuidade nos valores e normas da cultura escravagista. Mas, isto

(1) BECKFORD, George L., Persistent poverty, underdevelopment in plantation economies of the Third World. New York, Oxford University Press, 1972, p. 96.

só é verdadeiro em relação aos mestres.

Procuro, no presente estudo, determinar qual o tipo de trabalhador que sucede ao cativo dos séculos XVII e XVIII. Chamo-o de novo livre, personagem que deve sobreviver às suas necessidades em um sistema que não prevê o seu bem-estar. Empréstada do vocabulário colonial de São Domingos, a expressão "novo livre" designa qual quer indivíduo libertado pelos decretos de emancipação geral.

Apresentarei a forma de inserção desta categoria na vida econômica e sua participação nos sistemas políticos do Caribe. Estas reflexões levarão a construir, tanto os espaços nos quais se deslocam os agrupamentos que formam os trabalhadores, como as relações entre o universo mental que eles mesmos se constroem com o que ordena o mundo que os domina.

2 - O trabalho por empreitada

Um século depois da abolição da escravatura nas possessões britânicas, Lord Moyne trata, no capítulo III do famoso Relatório da Comissão Real das Índias Ocidentais, 1945: "Estruturas e condições sociais", da dicotomia nég-blanc.

"Trataremos, neste capítulo, principalmente das condições de vida da população não-européia: negros cujos antepassados havia sido levados como escravos às Índias ocidentais e imigrados vindos das Índias, chegados em circunstâncias que diferem totalmente dos modos de imigração dos colonos (...). Os negros preenchiam uma única função: fornecer mão-de-obra barata às propriedades que os europeus possuíam e administravam a fim de que produzissem suas preciosas colheitas de exportação". (2)

Como se sabe, o papel econômico do Caribe diminui de importância, exceto no caso de Cuba, durante todo o século XIX, em consequência do desenvolvimento da economia de mercado, dos progressos

(2) West India Royal Commission Report, presented by the Secretary of State for the Colonies, London, His Majesty's Stationery Office, July 1945, (& 1 and 2, p. 29), denominado Relatório da Comissão Moyne, para facilitar a leitura.

técnicos registrados pela cultura de um substitutivo para a cana-de-açúcar, da abertura de novas superfícies à economia de "plantation", e, após a primeira guerra mundial, da produção crescente de alimentos tropicais em território metropolitano de clima temperado.

Mesmo se os economistas vêem nisso uma evidência que não merece ser desenvolvida, existe um ponto sobre o qual parece-nos útil insistir: as negociações que se apóiam na riqueza global das sociedades caribenhas e a distribuição dessa riqueza, desprovidas de racionalidade econômica. As práticas econômicas locais decorrem de acordos concluídos ao nível político. Sem esses acordos, não há "plantation".

A subordinação da vida econômica às considerações de ordem política subsiste na sociedade contemporânea e traz um real prejuízo à produção das empresas agro-exportadoras. A derrocada que sofre atualmente a economia açucareira do Caribe, assim como o seu sucesso, são a melhor prova disso. Sem os acordos concluídos entre a República Dominicana, representada pelo Consejo Estatal del Azúcar, e a República do Haiti, por exemplo, não teria havido açúcar dominicano no mercado internacional. (3) Para colocar nossa argumentação em seu verdadeiro contexto, devemos voltar à plantação do século XIX, mostrando como que as práticas estabelecidas na época ainda regem a produção em sistema de plantação. Lembremos, a respeito disto, a subdivisão que Peter Fraser faz das áreas de economia de "plantation" no século XIX.

"O Caribe pode (...) ser dividido em cinco grandes regiões onde a agricultura de exportação capitalizada 1) periclitava: Haiti; 2) declinava: Suriname, Jamaica e as quatro ilhas pré-citadas (Montserrat, Tobago, Granada e República Dominicana); 3) subsistia: Barbados; 4) progredia: Cuba, Guiana Inglesa, Trinidad, assim como duas exceções dentro desse grupo, a Martinica e a Guadalupe, das quais a França se ocupou depois da

(3) MURPHY, Martin. "The history and process of haitian migration to the Dominican sugar industry: modern day slavery or super-exploitation". IN: CONFERENCE ON MIGRATION AND CULTURE CONTACTS IN THE CARIBBEAN, 4-7 Apr. 1984, Barbados. Barbados, University of West Indies, 1984. Versão suscetível de modificações, que citamos com o amável consentimento do autor.

perda de São-Domingos; 5) apenas começava: Porto Rico, República Dominicana (que se consagraram à agricultura de exportação extensiva no fim do século XIX) e Caiena, mais conhecida por seus degredados do que por suas exportações. As fortunas diversas que, dependendo dos países, conhecia o setor de exportação repercutiam nas sociedades rurais". (4)

Em alguns casos, a "plantation" experimenta sérias dificuldades, e o plantador torna-se de novo apenas um grande proprietário de terras. Em outros casos, a produção de açúcar é absorvida pelas sociedades multinacionais, e as elites locais ordenam a produção de cana, criando um clima político favorável ao crescimento do setor. Tanto em um como em outro caso, as terras aráveis são fortemente monopolizadas e os novos livres só podem substituir o trabalho que forneciam às "plantations" através da exploração de terras marginais.

O quadro que traça Celma das sociedades martiniqueza e guadalupense da época aponta vários tipos de trabalhadores: 1 - Os colonos parciais (5); 2 - Os trabalhadores empregados ou peones acasillados; 3 - As pessoas "estrangeiras", isto é, os trabalhadores agrícolas empregados ao dia ou por semana. Na Guiana Inglesa a situação se apresenta, segundo Rodney, como segue:

"A mão-de-obra da "plantation" se subdividia em três categorias: primeiro a dos engajados (6) que eram, na sua maioria, indianos; depois a dos diaristas, que eram habitualmente imigrantes cujo contrato havia expirado, e seus descendentes crioulos; enfim a dos habitantes crioulos do vilarejo que eram em regra geral, africanos". (7)

- (4) FRASER, Peter, "The fictive peasantry: caribbean rural groups in the nineteenth century". IN: CRAIG, Susan, ed. Contemporary Caribbean: a sociological reader. Trinidad and Tobago, The College Press, 1981. p. 328.
- (5) A historiadora nota que os usineiros confiam uma parte de suas terras a "seus trabalhadores", a saber os colonos parciais. "O arrendamento da terra é um sistema próximo da parceira no qual o colono paga o aluguel da terra ao usineiro ou arrendatário, in natura, quer dizer, em cana-de-açúcar, e em obrigação moral, quer dizer, em dias de trabalho. CELMA, Cecile, "O movimento trabalhador nas Antilhas da Primeira Guerra Mundial a 1939). IN: L'Historial Antillais. Fort de France, Tomo V, p. 177.
- (6) Utilizaremos a palavra engajados para designar os indentured laborers.
- (7) RODNEY, Walter, A history of the Guayanese working people, 1881-1905. Kingston, Heinemann Educational Books, 1981. p. 34.

Quanto a Woodville K. Marshall, ele distingue, no Caribe oriental, trabalhadores residentes e não residentes e nota que, desde 1840, predominam os não-residentes. (8)

A análise das relações do trabalho entre os cativos e os empregadores indica que a influência do trabalhador sobre a empresa e, de uma maneira geral, sobre as instituições oficiais que definem esta última depende, em primeiro lugar, do tipo de relações que ligam o empregador e o empregado e, em segundo lugar, do grau de exploração ao qual este último é submetido. Os novos livres - que se trate de colonos, de trabalhadores empregados, de trabalhadores estrangeiros, de engajados, de trabalhadores residentes nas "plantations" ou de aldeões - não mantêm, à semelhança dos cativos, qualquer relação profissional com os plantadores.

Existe, então, progresso nesta relação de trabalho na medida em que há relação econômica. Enquanto o trabalho do escravo era obtido sob tortura, o novo livre é pago por tarefa.

O trabalho por empreitada é acessível a todo indivíduo que dispõe de tempo. Assiste-se então à implantação de uma reserva multiforme de mão-de-obra. Um trabalhador qualificado pode, durante seus momentos de folga ou com a ajuda de pessoas a seu cargo, tornar-se empregador, pequeno camponês independente, meeiro e às vezes trabalhador por empreitada em época de muito trabalho.

Produz-se uma superposição complexa de diversos agrupamentos de indivíduos e uma certa confusão quanto às relações de trabalho e as relações de compra e de venda das matérias primas.

"Convém sem dúvida precisar que numerosos operários que trabalham em fábrica têm interesses comuns aos dos trabalhadores agrícolas. Fora da estação das colheitas eles são frequentemente empregados como trabalhadores agrícolas e, como estes últimos, são às vezes meeiros e fornecedores (da plantaço). A este último título, eles têm tudo a ganhar dos preços elevados e de um trabalho fracamente retribuído. Enquanto empregados da indústria açucareira e fornecedores (das plantaço), seus interesses são opostos e podem até mesmo entrar em con-

(8) MARSHAL, W.K. The social and economic development of the Windwards Islands, 1838-1865. Cambridge University, 1963; 69. Tese (Doutorado).

flito: remunerações elevadas por um lado, fracos custos de produção da cana, por outro lado". (9)

Segundo os países, a mão-de-obra colonial se apresenta sob forma de "ajuntamentos" reunidos de formas diversas. A relação novo livre - plantador - explica porque a separação lógica entre os tipos de trabalhadores mencionados não corresponde a uma distribuição dos indivíduos em categorias ou classes sociais mas sim em "ajuntamentos", para retormar o termo adotado por Rodney.

Vários são os analistas que supõem, erradamente, que o trabalho de empreitada depende de uma relação salarial. (10) A Comissão Moyne chama a atenção sobre a natureza dessa relação e conclui:

"No setor agrícola, as modalidades de emprego variam de uma colônia à outra, mas o trabalho de empreitada se encontra em todas elas. "Trabalho de empreitada" é a expressão empregada nas Índias Ocidentais para designar o que se estipulou chamar na Grã-Bretanha "trabalho segundo o rendimento" ou "retribuição diante dos resultados". A grande maioria dos trabalhadores agrícolas das Índias Ocidentais é paga pela soma de trabalho que fornece efetivamente e não pelo tempo que consagra a ele. É raro que os trabalhadores agrícolas sejam, nessa região, pagos mais ao dia do que por empreitada, e as retribuições, se bem que variem sensivelmente de uma colônia à outra, são extremamente baixas. (...) Assim, desde que se faz menção de somas conferidas aos trabalhadores, trata-se, em regra geral, mais de renda do que de salários. Temos aqui um ponto importante sobre o qual nunca é demais insistir: o fato de que a maioria dos trabalhadores agrícolas das Índias Ocidentais é paga pelo trabalho que realiza efetivamente". (11)

A remuneração por empreitada, que constitui uma forma específica de participação econômica, é tão difundida hoje quanto o foi na época de Lord Moyne:

"Devido ao sistema de pagamento segundo o rendimento, ao qual

(9) Saint Lucia, Report of the Commission of Enquiry into the Stoppage of Work at the Sugar Factories in March 1952, and into the Adequacy of Existing Wage-Fixing Machinery in that colony. Castries, 1952, & 78, p. 22. Para facilitar a leitura, este documento será chamado: O Relatório da Comissão Malone, daqui para frente.

(10) Várias citações utilizadas no presente trabalho ilustram esse desprezo.

(11) West India Royal Commission Report, op. cit., Chapter 10, § 7-8, pp. 192-193.

se submetem 97,5% dos haitianos consultados por ocasião do presente estudo, as plantações só pagam ao seu pessoal quando ele trabalha, fato que essas pessoas expressam através de uma fórmula tão laçônica quanto eloquente: "Tu não cortas (a cana), então tu não comes". (12)

A empresa produtora não compra a capacidade de trabalho do no vo livre mas sim a mercadoria que essa capacidade produz. Deste modo o plantador escapa a todas as pressões econômicas que o obrigariam a levar em consideração a pessoa do trabalhador agrícola. Por que se preocuparia ele, em promover novas qualificações ou em adquirir novas tecnologias, por tarefas que não são colocadas sob sua responsabilidade? (13)

Como de costume, a empresa emprega e paga um contramestre que, por seu lado, recruta a mão-de-obra, distribuindo-lhe as tarefas. (14)

Este sistema permite à "plantation" se adaptar, de maneira fle

(12) M.F. Murphy, op. cit., p. 38.

(13) As forças do mercado internacional levam o plantador a modernizar a produção. Ver por exemplo o caso das "plantations" da Guiana Inglesa segundo W. Rodney, op. cit., p. 23 e seguintes. Isto não tem nada de incompatível com o arcaísmo da produção de empreitada, como o assinala o próprio autor, op. cit., p. 32. Esta diferença se traduz pela modernização do setor industrial por oposição ao setor agrícola. Ver Manuel Moreno Fraguinals, "Plantations in the Caribbean: Cuba, Puerto Rico and the Dominican Republic in yhr Late Ninettenth Century." in Manuel Moreno Fraguinals, et al., ed., Between Slavery and Free Labor, the Spanish-Speaking Caribbean in the Nineteenth Century. Baltimore: The John Opkins University Press, 1985, p. 5.

(14) "A companhia G & W's Central Romana emprega, tanto na República Dominicana como no Haiti, agentes que recrutam, sobretudo no sudeste da península haitiana, trabalhadores sazonais registrados desde sua chegada, junto à Direccion General de Migración. Os modos de recrutamento e as formalidades atinentes são sensivelmente os mesmo praticados pelo Consejo Estatal de Azúcar, com apenas uma diferença, que não deve ser negligenciada: só os agentes recrutadores (e não os braceros) são empregados legalmente pela Gulf & Western. Os braceros, se bem que pagos diretamente pela G & W e alojados nos acampamentos que ela coloca à disposição deles, não são empregados pela companhia, mas pelos agentes recrutadores." Martin F. Murphy, op. cit., p. 17.

xível, às mudanças de calendário de produção, às disponibilidades dos fatores de produção e às flutuações dos preços no mercado internacional. Os conflitos de interesses entre "a habitação" (a "plantation") e os trabalhadores, não chegam nem a ser imaginados, já que o trabalhador agrícola não mantém relações diretas com a em presa.

Os trabalhadores empregados são, na verdade, empreiteiros dependentes de outros empreiteiros e não chegam a formar uma entidade articulada à "plantation". Dela eles não fazem parte, mais do que fazem do Corpo Legislativo, os marceneiros chamados para consertar os móveis da Câmara dos Deputados.

Estritamente falando, as "plantations" não empregam mão-de-obra agrícola. O trabalho de empreitada faz com que haja a contratação de um trabalhador independente ou de um indivíduo empregado por sua própria conta. Não se trata de um contrato de trabalho, mas de um contrato de compra e venda de produtores ou de serviços, pas sado entre duas entidades independentes.

Numa "plantation" não há funções de trabalho que, do ponto de vista operacional, estejam ligadas umas às outras e vinculadas a um sistema de gestão. A atividade diária do trabalhador agrícola é apenas uma sucessão descozida de tarefas diferenciadas. A renda dela derivada pode ajudar a viver, mas esta ocupação não poderia constituir um modo de vida. O trabalhador não pode fazer carreira, especializar-se e progredir no contexto da "habitação".

"A tarefa é a "soma de trabalho solicitada a cada trabalhador, diariamente, pelo número de horas que ele está acostumado a fornecer". Segundo estas testemunhas, uma tarefa necessita de cerca de seis horas de trabalho. (...) Para o corte, a tarefa é avaliada para duas pessoas: o cortador e a amarradora*. 1 tarefa: 20 pilhas de 25 pacotes de 10 pedaços com 1 metro, o que equivale a, aproximadamente, 2.500-3.000kg de cana-de-açú car". (15)

A duração do trabalho é mascarada sob o produto a fornecer, o

*N.T. A palavra "amarreuse", neologismo do autor, só existe em sua forma verbal "amarrear", mas pôde ser traduzida por existir na língua portuguesa.

(15) Cécile Celma, op. cit., p. 181.

que dá lugar a toda espécie de maquinações altamente propícias à concorrência monopolista (16). Celma nota, a respeito da greve ocorrida em Bassignac, em fevereiro de 1923:

"As espécies de cana dos tipos 3000 H 12 e a Big Tana são muito duras para cortar. A experiência provou que os cortadores não acabavam sua tarefa antes das 17 horas, enquanto que antes eles haviam terminado desde as 14 horas". (17)

O "contrato de trabalho", escamoteando o tempo gasto pelo trabalhador, leva em primeiro lugar à mercadoria produzida. A remuneração não tem, então, relação com a substituição das energias gastas durante o trabalho, do mesmo modo que os benefícios de um empresário não têm nada a ver com a duração de sua atividade profissional. A soma das rendas do trabalhador agrícola não chega nem a lhe permitir que reproduza suas condições de vida e as de sua família.

Se o empregador pagava um salário por um lapso de tempo determinado, ele deveria levar necessariamente em conta o nível de vida de seu empregado, já que a produtividade é uma função deste nível de vida (nutrição e educação compreendidas). Quando o trabalhador é pago por empreitada e não por dia, sua fome é da alçada das considerações morais e não econômicas: ela é então sem interesse para o empreiteiro. Ao trabalhador que deseje ganhar mais por unidade de tempo, resta-lhe se fazer ajudar pelos seus próximos, como é nota-

(16) "Qualquer que fosse a sua categoria, os trabalhadores eram cada vez mais explorados, devido ao próprio aumento do volume das tarefas que eles precisavam executar. No que dizia respeito à avaliação da tarefa, eles não tinham voz e só o supervisor estava habilitado a decidir sobre sua boa execução. Quando o supervisor não ficava satisfeito, ele segurava ou 'suspendia' o pagamento a ser feito ao trabalhador. Pela quantidade de de afrontas expressas pelos velhos trabalhadores que sobreviveram às diversas formas de emprego praticadas nas propriedades agrícolas, nenhum é evocado com mais frequência nem com maior emoção do que o anúncio da 'suspensão' de seu pagamento semanal, no momento em que eles se aproximavam da mesa utilizada a esse fim." W. Rodney, *op. cit.*, p. 58. Os engajados da Guiana Inglesa sofreram muitíssimo com a capacidade que tinha o plantador de jogar com a duração do trabalho. *Ibid.*, p. 42.

(17) Cecile Celma, *op. cit.*, p. 199.

damente o caso do emprego das mulheres e das crianças. (18)

Em consequência, o mínimo vital, a saber, o teto de remuneração que pode aceitar um trabalhador, não é um dado que intervenha no estabelecimento das remunerações ou, mais exatamente, nos preços das mercadorias obtidas pelo trabalho. O trabalhador empregado por empreitada pode, então, morrer de fome sem que o empregador tenha que se preocupar com isso.

A institucionalização desta forma de emprego teve duas consequências: a pobreza dos trabalhadores agrícolas e a falência de empresas, tão rentáveis quanto as plantações. Voltaremos ainda sobre este último ponto.

Não existe trabalhador por empreitada que escape aos circuitos de uma agricultura camponesa fundada na parceria, ou das pequenas explorações independentes. Quando mesmo estas formas de emprego lhes são dificultadas, os trabalhadores se livram a diversas atividades marginais, o que Lambros Comitas chama de uma "multiplicidade profissional". (19)

Na ausência de um pseudo-campesinato, ou quando seus efeitos não podem ser deslocados, a valorização das plantações depende dos circuitos migratórios. A simbiose entre o trabalho de empreitada e o campesinato recria-se além das fronteiras nacionais. A situação se assemelha a do comércio dos negros, e, segundo Martin F. Murphy, ela é bem mais vantajosa para o empregador do que

(18) "Constatamos, mais uma vez, que as mulheres são as parentes pobres. São prova disso os magros salários que lhes são conferidos, em particular às amarradoras. (...) A mulher não hesita, então, em recorrer ao trabalho das crianças, a fim de melhorar seus fins-de-semana, encorajada nisso pelos patrões, comendadores ou outros administradores. As crianças trabalham, então, o mais freqüentemente na cultura extensiva, nos campos de cana, na fábrica, na pesagem da cana e nas caldeiras (...) As crianças são, elas também, um elo da cadeia e contribuem para conseguir o mínimo vital para o lar". Cécile Celma, op. cit., p. 185.

(19) COMITAS, L. Occupational multiplicity in Rural Jamaica (1964) IN: COMITAS, L. e LOWENTHAL, ed. work and family life - west Indian perspectives. Anchor Press/Doubleday, 1973:163-164.

o era a outra. (20) André Corten assinala também as analogias en tre esses dois tráficos. (21)

3 - Sindicatos e política

A lógica do pagamento por empreitada decorre do modo de funcionamento original das "plantations", o qual se apoiava em um conjunto de acordos políticos, visando garantir o desenrolar dos ciclos da produção colonial. Nas possessões britânicas são as associações de "produtores" (22) que negociam preços e cotas com o governo imperial. Além de sua posição monopolista, esses "produtos" operam na base de um conhecimento ex ante do preço e do volume da produção comercializável.

Não contentes em cultivar em suas próprias "plantations", o grosso da cana moída em suas fábricas, esses "produtores" estipulam os preços das canas oferecidas pelos pequenos proprietários independentes. Salvo uma eventual ruptura das negociações com a metrópole, a única dificuldade, colocada às associações de produtores, consiste em se assegurar que os "salários" pagos aos trabalhadores agrícolas estejam de acordo com os "fatos econômicos", isto é, com a estimativa da correspondência entre a função dos trabalhadores e o cálculo do valor total da tonelada do açúcar.

O Presidente da Associação do Açúcar de Santa Lúcia diz, em janeiro de 1952:

(20) "(...) O trabalhador haitiano, empregado na indústria açucareira dominicana, é desprovido das condições de sobrevivência - até mesmo de procriação - as mais elementares. Estes trabalhadores só ocasionam, nos dias de hoje, a seus empregadores, custos relativamente mínimos, que se tratem de custos indiretos (recrutamento, habitação e serviços médicos) ou diretos (salários). O trabalhador e os substitutos que ele poderia procriar são, em favor deste sistema, fornecidos a um custo mínimo pela economia haitiana". Martin F. Murphy, op. cit., pp. 40-41.

(21) Ver nota 43 mais adiante.

(22) Trata-se, muitas vezes, de associações de exportadores que se fazem chamar de produtores.

"O produto da venda de cada tonelada de açúcar é destinado pelo produtor às quatro rubricas seguintes:

- (1) provisões
- (2) salários
- (3) despesas gerais e amortizações
- (4) lucros

Supondo que todos os produtores de açúcar das Índias Ocidentais Britânicas pratiquem o mesmo preço líquido, as despesas feitas com os itens (1) e (3) deveriam ser sensivelmente iguais em todas as colônias. Em consequência, desde que a soma destinada ao item (2) (salários por tonelada de açúcar) seja inferior à média, a que corresponde ao item (4) só pode evidentemente lhe ser superior, e vice-versa". (23)

O cálculo é então muito simples. Uma companhia espera produzir a quantidade de toneladas de açúcar que lhe foi fixada por quota. Isto feito, ela determina a superfície de suas propriedades que precisará cultivar, e o custo da produção. Dividindo o custo total pelo número de hectare a cultivar, ela obtém o custo total dos diferentes fatores necessários ao início da exploração de um hectare. A Comissão Malone observa que a indústria açucareira também pratica esse método de fixação dos "salários". (24)

Não há órgão de gestão de pessoal dentro da "habitação", e a sociedade não dispõe de instituições habilitadas em arbitrar as disputas econômicas entre as partes. A variedade de "tarefas" atribuídas aos trabalhadores independentes, só pode criar um clima de confronto, mesmo sob a direção da mais astuta administração.

(23) The Malone Commission Report, op. cit., p. 43.

(24) "A Comissão considera que a melhor ilustração da atitude dos empregados diante de seu pessoal é trazida pelos registros onde são consignadas as remunerações deles. Esses registros, que não consideram nem as remunerações nem o tempo de trabalho, dão apenas os custos relativos aos trabalhos específicos. Não queremos dizer com isso que os empregados sejam tratados dura ou cruelmente e vários foram aqueles que renderam mesmo homenagem à indulgência de certos membros do pessoal de direção. Mas esses empregados não são tratados como indivíduos que tenham uma participação real e vital para a indústria açucareira; eles não são, na verdade, outra coisa que 'itens de despesa', incalculáveis, naturalmente, mas mesmo assim apenas 'itens de despesa'. A Comissão estima que, na presente conjuntura, essa atitude é eminentemente deplorável e até perigosa". The Malone Commission Report, op. cit., § 60, p. 17.

As greves, que a "habitação" considera sabotagem, degeneram em tumulto, pois os entendimentos, de natureza política, se dão em um clima de contestação das estruturas coloniais que fixam as relações entre as categorias sociais existentes. Os conflitos remetem aos acordos que presidem a implantação do sistema econômico.

"Comparar as remunerações pagas em uma operação qualquer é ao mesmo tempo irracional e sem sentido. A única comparação válida, do ponto de vista econômico e prático, leva à remuneração que é paga à mão-de-obra por tonelada de açúcar produzido". (25)

Nessas circunstâncias, um sindicato de empresa é impensável e é dentro do vilarejo ou da comunidade inteira que nasce, na verdade, a coesão social trabalhadora. Encontram-se aí agrupamentos e redes superpostas de trabalhadores agrícolas, meeiros, camponeses, trabalhadores qualificados... A negociação trabalhadora tem, então, uma fisionomia bastante particular, que opõe os empregados - as plantações - aos empregados - a população em geral.

Daí o produto do trabalho ser apenas um parâmetro, entre vários outros. A principal preocupação da população é obter o mínimo necessário à sobrevivência do trabalhador e de sua família: produtos provenientes da agricultura e rendas provenientes do trabalho por empreitada.

Walter Rodney descreve a complexidade destas negociações:

"A organização do trabalho realizado pelos aldeões (26) retira sua originalidade da existência de uma equipe de trabalho independente (...). Na Guiana Inglesa, os africanos crioulos se agruparam às brigadas de trabalho e conduziram, junto à direção, negociações com a finalidade de exercer um controle sobre os salários e também sobre as condições e a duração do trabalho. Deslocando-se de "plantation" em "plantation" para obterem melhores preços, discutindo sobre a delimitação de certas tarefas, eles lançam mão de todos os recursos possíveis, inclusive da distribuição do tempo e das necessidades dos plantadores. Os trabalhadores aldeões se esforçam, acima de tudo, para subordinarem as necessidades da "plantation" aos ritmos de vida do vilarejo. Dão mais valor a suas pequenas

(25) Testemunho trazido pela Comissão Malone, op. cit., p. 43.

(26) Na Guiana, o tipo de trabalho dos aldeões é distinto daquele dos engajados ou dos antigos engajados que residem na plantação.

plantações de legumes para consumo próprio, a suas modestas atividades de subsistências e aos lazeres, aos quais acreditam ter direito, do que ao ritmo da plantation. A não ser em caso de extrema necessidade, os aldeões nunca concluíram contratos com plantations, preferindo negociar suas remunerações no começo de cada semana de trabalho". (27)

Paralelamente, as associações voluntárias que tentam intervir na solução dos conflitos se assemelham aos sindicatos dos trabalhadores apenas no nome:

"Mais ou menos nesta época (1945), alguns jovens, inclusive eu, decidimos participar ativamente dos trabalhos de organização; começamos, quatro ou cinco pessoas, a pregar o sindicalismo nos locais de movimento". (28)

Na ausência de relações de trabalho entre "empregador" e "empregado", a solução dos conflitos será decidida através de uma negociação de ordem política, e não de uma arbitragem econômica. A partir da abolição, empregadores e empregados confiam esta solução seja ao bom senso do governador, às forças da ordem, à marinha de Sua Majestade ou ainda ao tumulto e à sabotagem. Mais uma vez, os engajados não possuem senão um poder de negociação mínimo. (29)

(27) W. Rodney, op. cit., p. 43.

(28) Testemunho relatado pela Comissão Malone, op. cit., § 18, p. 7.

(29) "Dentre os territórios que empregavam engajados, a Guiana Inglesa foi o país que mais frequentemente se sentiu culpado em recorrer às instâncias criminais para deixar prevalecer os direitos dos empregadores sobre os dos trabalhadores. (...) Em casos excepcionais, os responsáveis pela administração da justiça tomaram partido do imigrante, e os magistrados julgaram ser preferível não se solidarizarem com a posição adotada pelo sistema jurídico. (...) Tanto os administradores quanto os supervisores criticaram o juiz (Hastings Huggins) por este ter dado vereditos muito benevolentes, tais como uma multa de um dólar e custas de 72 centavos (ou uma pena de sete dias de prisão) para sancionar um dia de ausência. Como explica Huggins, tratava-se de um castigo severo, já que um engajado macho robusto raramente ganhava mais do que o salário estatutário mínimo (ou seja, 24 centavos de dólar por dia). A multa, acrescida das custas (isto é, US\$1.72) constituía então uma exação equivalente a sete dias de trabalho não retribuídos". W. Rodney, op. cit., p. 41.

Em um sistema econômico onde não se paga salário e onde as empresas produtoras se desinteressam pelas relações de trabalho, não pode existir sindicato "dentro da acepção universal do termo". (30) Os sindicatos não podem preencher sua função se não puderem participar "da política", (31) já que todas as instituições de base são postas em causa no momento de cada conflito. (32)

O exemplo da greve ocorrida em 1951, em Santa Lúcia, ilustra perfeitamente o que acabamos de dizer. O conflito começará no vilarejo de Canárias, por ocasião da campanha eleitoral conduzida por um negociante, Sr. Brown, que disputava uma cadeira no Conselho Legislativo. Os detratores do Sr. Brown observam que, já que as eleições eram feitas com base no sufrágio universal:

"este último era bastante esperto para se dar conta de que a promessa de melhores condições de trabalho poderia muito lhe ajudar a drenar sufrágios. Sua plataforma eleitoral visa, para usar suas próprias palavras, "sensibilizar as pessoas da região a uma melhoria de sua sorte através de salários mais elevados e de melhores condições de existência: melhoria de seu estatuto social e de seus modos de vida". (33)

O Sr. Brown organizara então o Sindicato dos Trabalhadores e Camponeses de Roseau e, como era de se esperar, ganhara as eleições.

É interessante notar que a força dos "sindicatos" rurais é desproporcional ao número de seus afiliados. A adesão ao "sindicato" é, geralmente, mínima. Porque ele exprime as reivindicações po

(30) Saint Lucia, Report of the Commission appointed by His Excellency the Governor to investigate the causes of the stoppage of work in the Sugar Industry during March and April 1957, the wage structure, the terms and conditions of employment and other matters relating to all the foregoing in the industry in Saint Lucia. Castries, § 13, p. 5. Para simplificar, diremos: o Relatório da Comissão Jackson.

(31) Relatório da Comissão Malone, op. cit., § 18, p. 7.

(32) Este assunto é tratado em diversos textos citados na presente obra. Ver também Richard Hart, "Trade Unionism in the English-Speaking Caribbean: The Formative Years and the Caribbean Labour Congress", in Susan Craig, ed., op. cit., pp. 59-96.

(33) Relatório da Comissão Malone, op. cit., § 26, p. 8.

pulares, o sindicato mobiliza toda a comunidade e a representa diante da exploração agrícola.

De mais a mais, as próprias pressões do sistema político criam condições particularmente propícias à intervenção de líderes de origem urbana. Os dirigentes devem, efetivamente, ter experiência suficiente para poderem intervir junto às instituições do sistema global.

Retomamos, desta forma, tanto a primeira dicotomia blan-nèg quanto a inserção particular dos libertados no sistema de negociações sociais. As melhorias são negociadas por descendentes de libertados, que raramente possuem alguma experiência de trabalho manual agrícola.

Com o surgimento do sufrágio universal, a situação econômica das "plantations" torna-se intolerável nos países dotados de governos representativos.

"A campanha político-sindicalista feita pelo Sr. Brown no Vale de Roseau não deixara, desde o início, de preocupar os membros da Associação Açucareira, os quais, contudo, se deram conta que não lhes restava outra alternativa, senão se preparem para abandonar a indústria." (34)

Fortalecidos pelo apoio da massa dos trabalhadores, os líderes (urbanos) dos sindicatos rurais tornam-se interlocutores privilegiados dos poderes responsáveis pela organização do sistema econômico colonial. Assim, nascem muitos partidos trabalhistas ou socialistas no Caribe. (35) Por ocasião da promulgação do sufrágio universal - em 1951 para o Caribe submetido à Inglaterra - , a força destes partidos torna-se incontrolável. Eles progridem em direção à autonomia administrativa (self-government) no Commonwealth caribenho e, nos territórios sob tutela francesa, obtêm importantes melhorias dos níveis de vida da população.

(34) Testemunho registrado no Relatório da Comissão Malone, op. cit., § 55, p. 16.

(35) Com relação à Jamaica, podemos ler: "Os camponeses, que também eram trabalhadores assalariados, criaram, desde os anos 30, uma tradição de militância que deu origem ao sistema de partido emanado do movimento sindicalista". Terry Lacey - Violence and Politics in Jamaica 1960-70. Frank Cass and Co., 1977, p. 24.

4 - Migração e crioulização

O novo livre - tal como o define uma sociedade de ontem, ainda da escravagista - é um trabalhador: (1) desprovido de qualquer meio de produção, além daquele de utilidade marginal; (2) mantido à margem do mercado de trabalho; (3) que não possui acesso às instituições e decisões políticas que denunciem a organização de um mercado de trabalho.

Da emancipação até o final do século XIX, o trabalho caribenh (assim como o capital) circula, primeiramente, em escala mundial em favor da chegada de engajados provenientes, em sua maioria, do sudeste asiático. (36) Não podemos também deixar de mencionar os africanos libertados dos navios negreiros que, em Santa Lúcia, por exemplo, constituem, juntamente com os engajados indianos, 10% da população.

A partir do final do século XIX, a mão-de-obra se desloca essencialmente na região caribenha, e, em seguida, dentro da Bacia do Mar do Caribe. Longe de ser único e restrito a este período da história, tal fenômeno é ainda bastante difundido e reveste dolorosa atualidade.

As economias de "plantation" que vimos surgir recentemente em Cuba, na República Dominicana, em Porto Rico e na América Central notadamente, retomam, todas elas, a mesma fórmula. (37) Elas se apoiam em trabalhadores migrantes nacionais e em imigrantes que, em suas novas pátrias, passam a conhecer a sorte imposta aos indianos, chineses e javaneses na Guiana, em Trinidad, no Suriname ou na Jamaica.

(36) "Enquanto muitos trabalhadores vinham da Europa e da África com contrato, a maioria dos recém-imigrados vinham da Ásia. Mais de 135.000 chineses, cerca de um milhão de indianos e mais de 33.000 javaneses chegaram, assim, nas Caraíbas". Sidney W. Mintz, "Caribbean Nationhood in Anthropological Perspective". in Caribbean Integration, Papers on Social, Political and Economic Integration, Ed. Sybil Lewis e Thomas G. Mathews, Rio Piedras, University of Puerto Rico, 1967 (Third Caribbean Scholars' Conference, Georgetown, Guyana, April 4-9, 1966), p. 151.

(37) Manuel Moreno Fraginals, op. cit., p. 6.

Ainda não foi feito um estudo acerca da incidência destes movimentos migratórios sobre as sociedades receptoras. Não obstante, uma coisa é certa: neste tipo de sociedade, o trabalho não circula mais do que o capital. (38)

Isto vem explicar que a renda de um trabalhador haitiano empregado na República Dominicana não é comparável aos salários pagos aos dominicanos (ou, mais precisamente, àqueles, entre eles, que não são de origem haitiana). O Estado impõe um sistema legal que regulamenta a utilização dos dois fatores de produção, mas ele evita encorajar as transações que visem a harmonizar os custos destes fatores. É o próprio Estado que mina o mercado de trabalho.

De acordo com sua importância, as migrações dos novos livres, destinados a assegurar o bom funcionamento das economias de plantação nos séculos XIX e XX, exigem uma nova visão dos sistemas culturais e institucionais que organizam a vida quotidiana. Ao contrário das plantations escravagistas, cuja exploração exigia uma criouliização da mão-de-obra imigrada, a plantation dos séculos XIX e XX prefere utilizar indivíduos que, no tempo do tráfico de negros, teriam sido chamados de "bossales". Com a aquiescência dos plantadores e das autoridades coloniais, estes novos "bossales" tornam-se a salvação do sistema de plantação.

À primeira vista, os imigrantes indianos são mais úteis à plantação do que os crioulos de origem africana; em seguida, os novos recrutados, mesmo indianos, são mais bem cotados do que os criouliizados.

Esta descoberta de W. Rodney cria uma dificuldade insuperável aos teóricos da criouliização, obrigando-os a redefinir o conceito de cultura e o termo criouliização. Durante mais de um século, a criouliização atravancou o desenvolvimento da "plantation".

"Estando os recém-chegados nas plantations mais maleáveis

(38) "A terra (...) não é fundamentalmente um capital. Ela é vendida e comprada em razão das necessidades de uma gestão orçamentária, mais em função das necessidades do que em função de um capital". CORTEN, André, Port au sucre, prolétariat et prolétarisations, Haïti et République Dominicaine. Québec, Les Editions du Cidihca, 1986, p. 101.

dos trabalhadores, os plantadores encorajaram a drenagem contínua de imigrantes indianos. A chegada em massa de novos imigrantes de 1877 a 1881 deve, sem dúvida, ter tido um efeito relativamente dissuasivo para as lutas nas quais se empenharam os trabalhadores mais endurecidos. Cada vez que recém-chegados participavam de uma greve ou de um motim, os administradores minimizavam deliberadamente seu empenho, atribuindo-o à inexperiência. Do mesmo modo, os imigrados mais antigos eram acusados de desviarem seus compatriotas recém-chegados. Quanto aos magistrados, estes se empenhavam sistematicamente em fazer crer que um trabalhador, chegado há alguns meses, não poderia protestar violentamente sem que pessoas desonestas mais experientes os tivessem convencido. Os novos, que tomavam parte dos levantes, se beneficiavam da indulgência dos tribunais e, às vezes, nem mesmo eram levados para a Justiça". (39)

Temos aí um dos traços mais gritantes da exploração dos trabalhadores haitianos na República Dominicana. Em seu estudo sobre o capitalismo e a população excedente de São Domingos, Isis Duarte concorda com a maneira de ver de Rodney. Para sustentar seus dizeres, ela cita, de maneira bastante judiciosa, o historiador Roberto Cass:

"(...) Apenas salários muito baixos podiam garantir uma produção rentável às plantações. (...) A inferioridade destes salários com relação às rendas percebidas, em regra geral, sobre as pequenas explorações de terra explica, em larga escala, a forte proporção de trabalhadores estrangeiros que, nas empresas agrícolas capitalistas, exerciam tarefas que os ocupavam em tempo integral ou durante a maior parte do ano...". (40)

Para grande satisfação do Consejo Estatal del Azúcar (CEA) da República Dominicana, o governo da República do Haiti combate a "crioulização" dos engajados de última hora. Negociando em nome deles e sem a sua participação, ele interdita aos trabalhadores de tirarem proveito das lições de experiência para negociarem suas condições de vida. A este respeito, Murphy afirma que o anba fil (trabalhador que atravessa a fronteira fraudulentamente) defende melhor seus interesses do que o bracero (trabalhador legalmente

(39) Walter Rodney, op. cit., p. 155.

(40) CASS, Roberto. Acerca del surgimiento de relaciones capitalistas de producción en la República Dominicana. Thèse (Licence). Université Autonome de Saint Domingue, apud DUARTE, Isis. Capitalismo y super-población en Santo Domingo. Codia, 1980. p. 129.

empregado). (41)

O papel que a criouliização desempenhou no século XIX, período em que esta foi uma condição necessária para a contestação, esclarece o significado que teve no século XVIII. Para se compreender como um indivíduo, que ignora tudo sobre as normas de uma sociedade de plantação determinada, torna-se mais útil do que o crioulo e o criouliizado, é necessário fazer uma análise conjunta dos esquemas culturais e das relações sociais entre agrupamentos de indivíduos. Uma leitura paralela de Duarte e de Rodney mostra que a Guiana e a República Dominicana, por exemplo, possuem mais pontos em comum do que poderíamos imaginar à primeira vista.

Nos séculos XIX e XX, estes agrupamentos emergem de duas categorias sociais: o plantador, que representa o fator capital, e o novo livre, que representa o fator trabalho. Ao contrário do que ocorria durante a escravidão, os novos livres estão em condições de se agrupar para defenderem de qualquer jeito seus interesses. Nestas circunstâncias, o plantador considera o período de seasoning como sendo a etapa mais produtiva da vida do trabalhador migratório, a etapa em que este ainda não sabe se defender contra os abusos.

A plantação se mantém, renovando sem parar a necessidade de criouliização. Ela não pretende criouliizar ninguém.

5 - A reprodução dos bossales

A primeira tentativa de explicação para os comportamentos das

(41) "Seja como for, o anba fil (aquele que, habilmente, atravessa a fronteira passando pelos arames farpados) tende, porque aprendeu, nos batyeys e nos canaviais, a manipular os sistemas existentes, a melhor defender e garantir seus interesses do que o bracero. Na maioria das vezes, notadamente na região leste, ele consegue moradia um pouco melhor, ainda que, como todos os habitantes dos bateyes, não disponha de água potável e de instalações sanitárias adequadas e seja vítima das formas de super-exploração, em uso na indústria açucareira". Martin F. Murphy, op. cit., p. 31.

populações caribenhas em função de sua participação em uma cultura crioula, fortemente marcada pela Europa, remonta ao período de descolonização. Ela se apóia na garantia das elites intelectuais que tomam as rédeas dos sindicatos operários e, através disso, as dos governos. A familiaridade destas elites com as instituições oficiais explica o papel por elas exercido, da mesma forma que explica porque seu estatuto e suas funções se inscrevem entre os objetivos do sistema social global.

Tratando-se de descolonização, a contestação tem por objeto a dicotomia nèg-blanc sem, nem por isto, ultrapassar as categorias secundárias kréol-bossal. Para alguns, os novos livres são desprovidos de educação escolar; para outros, não têm educação política.

Dentro dessa perspectiva, as virtudes do crioulo, confundidas com as do libertado, tornam-se o paradigma da sociedade caribenha, já que os engajados tradicionais (indianos, chineses, javaneses) são a única categoria que desmente a homogeneidade da cultura crioula, concebida como uma cultura européia modificada para "responder às circunstâncias locais".

A questão fica clara ao compararmos a Guiana e a República Dominicana, sem nos deixar cair na armadilha das palavras. Da mesma forma que a cultura "crioula meio-saxônica, meio-africana" da Guiana não consegue assimilar os engajados tradicionais originários da Índia, a cultura "crioula de coloração latina" da República Dominicana não pode absorver os novos engajados (vindos sobretudo do Haiti). Os haitianos nunca serão crioulos dominicanos, assim como os East Indians crioulos da Guiana.

O conjunto dos novos "engajados" e as populações camponesas minimizadas são despojados de sua idiosincrasia cultural, dentro da qual não vemos mais do que simples resíduos ou sobrevivências africanas. Sua pele negra é levada a fator de homogeneidade. Fala-se de "raça" e de "classe" em um contexto cultural cuja variedade apenas reproduz as diferenças entre as diversas potências metropolitanas. E o embranquecimento, de uma forma ou de outra, pa-

rece ser o destino de todo o Caribe. (42)

Uma vez passada a euforia pela ascendência à independência, e esgotadas as estratégias de desenvolvimento, então organizadas, de vemos agora levantar outras questões e esquecer, pouco a pouco, as teorias da criouliização.

As análises mencionadas anteriormente testemunham a permanência das instituições oficiais que enquadram a vida quotidiana antes e depois da emancipação geral dos escravos. Diante da situação atual da mão-de-obra nas plantações dominicanas, André Corten afirma:

"A migração dos trabalhadores haitianos para a República Dominicana muito se assemelha ao comércio e transporte negreiro de outrora. Ela constitui (...) um verdadeiro tráfico negreiro. (...) O tráfico negreiro (...) marca a interpenetração profunda do econômico e do político nas relações capitalistas regressivas". (43)

Sobre as condições de vida dos trabalhadores haitianos na República dominicana:

"O autor (M.F. Murphy) sustenta que o estatuto reservado ao trabalhador haitiano na República dominicana não é a escravidão, precisando, entretanto, que suas condições de vida e de trabalho são piores do que as condições estabelecidas pelos sistemas escravagistas das plantations caribenhas de antigamente". (44)

Tendo em vista as mudanças - impostas pelo exterior - enfrentadas pelas categorias sociais de base e pelos mecanismos de negociações dos contratos de trabalho, a continuidade e atualização

(42) "Sob os ângulos cultural e social, a organização crioula correspondia a uma graduação hierárquica de elementos europeus e africanos, grosseiramente visualizados segundo uma sucessão de cores que iam do negro ao branco. Para se incorporarem com eficácia a este sistema, os imigrantes (vindos da Índia) deviam se iniciar à vida crioula. A categoria que ocupavam dentro da hierarquia social dependia de sua facilidade de assimilação dos esquemas culturais europeus". WINFORD, Donald, "'Creole' culture and language in Trinidad: a socio-historical sketch". Caribbean Studies, 15(3): 32.

(43) André Corten, op. cit., p. 104 e 107.

(44) Martin F. Murphy, op. cit., p. 40.

das instituições coloniais subsistem. Mas é sobretudo o esforço oferecido para a adaptação dos progressos culturais metropolitanos ao entorno colonial que permanece sem mudança. Convém, entretanto, reconhecer que este esforço por adaptação não faz parte do conjunto da população caribenha.

A organização da vida quotidiana das populações do Caribe não poderia então ser concebida como uma versão tropical da cultura europeia. O Estado, poderíamos talvez dizer, aspira integrar a massa à cultura dita crioula e embranquecê-la. Mas esta ideologia oficial - sem dúvida compartilhada por vastos setores da população - nunca deu lugar à adoção de medidas eficazes.

A agricultura de exportação, incentivada pelos Estados do Caribe, não visa a assegurar a reprodução da população das ilhas, como também não visa uma melhoria de seus níveis de vida e uma integração mais estreita a uma cultura europeia modificada, a cultura crioula. Para que isto seja convincente, basta lembrarmos a evolução dos "salários pagos ao dia" durante cerca de um século. (45)

Não se pode conceber uma sociedade na qual a remuneração dos trabalhadores empregados pelas empresas principais não assegure o mínimo necessário à sobrevivência e onde o Estado se esforça, sub-repticiamente, por difundir as normas e valores chamados a administrar a utilização deste mínimo; uma sociedade na qual o Estado não se preocupa em homogeneizar os modos de vida privada, e aplica uma única e mesma política cultural a toda população.

Os esforços do Estado vão, decididamente, de encontro à criação. Depois da emancipação geral, a "plantation" não pode funcionar senão freando este processo ou anulando seus efeitos através da drenagem de imigrantes, isto é, de novos bossales. Privilegiando certas relações sociais ligadas ao trabalho por empreitada, as autoridades locais contribuem, implicitamente, para o analfabetismo, a desnutrição, deploráveis condições sanitárias e

(45) Em Santa Lúcia, foi estabelecido que os salários permaneceriam os mesmos de 1840 a 1930. Ver JESSE, C, Outlines of St. Lucia's history, 2. ed. S.L., St. Lucia Archeological and Historical Society, 1964. p. 44.

de moradia, bem como para a ignorância das regras do jogo dos fatores propícios ao desenvolvimento da agricultura de plantação.

A exemplo de seus predecessores que se negavam a esquecer sua distante Índia, os migrantes (novos engajados) dão prova de uma lealdade cada vez maior, em relação a sua pátria ou a sua cultura de origem à medida que dela se distanciavam. Para se protegerem, eles afirmam sua marginalidade, sua bossalité, e criam entaves étnicos que são ignorados pelas autoridades políticas e pelos partidos de oposição, tanto de seus países de origem quanto das sociedades receptoras. Encontram-se, daí, à mercê das sociedades transnacionais e dos plantadores crioulos, o que lhes vale o desprezo das classes trabalhadoras locais.

Um estudo comparativo das relações de trabalho que mantinham ou que ainda mantêm os jamaicanos e haitianos em Cuba, os cocolos e haitianos na República Dominicana, os emigrados de São Vicente e de Granada em Barbados ou em Trinidad, bem como os trabalhadores originários das Caraíbas ditas de língua inglesa no Panamá, em Honduras, na Nicarágua ou em Costa Rica, confirmaria plenamente as observações feitas por Rodney a respeito dos trabalhadores da Guiana. Quanto às antigas colônias da Inglaterra, um artigo de Dawn I. Marshal ressalta a amplitude dos movimentos migratórios que, ao longo de um dos períodos considerados, provoca uma queda da população da maioria destes territórios. (46) Neste mesmo arti

(46) "De 1885 a 1920, os caribenhos conheceram um êxodo considerável. Segundo as estimativas, as Caraíbas de língua inglesa registraram então uma perda de 130.000 indivíduos, jamaicanos e barbadianos, em sua maioria. Todas as ilhas, com exceção da Jamaica e de Trinidad, viram diminuir sua população masculina ativa, assim como toda a população. Os dados estatísticos, a seguir, dão uma idéia da importância destes movimentos migratórios. De 1902 a 1932, 121.000 jamaicanos saíram para trabalhar nos canaviais cubanos, fluxo que, em 1930, deixou de existir não sem violência e repatriamento forçado. Por sua vez, 60.000 barbadianos abandonaram, de 1904 a 1914, sua ilha rumo ao Panamá. Ainda que as estimativas difiram quanto ao número de habitantes das Índias Ocidentais emigrados para os Estados Unidos durante o mesmo período, elas nunca chegam a menos de 46.000 indivíduos. Uma delas, relativa apenas aos jamaicanos, indica até mesmo 44.000 pessoas". MARSHALL, Dawn I. "The history of Caribbean migration, the case of the West Indies". Caribbean Review. 11(1): 8, 1982.

go, o leitor encontra a analogia existente entre as negociações que plantadores e trabalhadores agrícolas conduzem em escala regional e a situação que Rodney havia observado na Guiana.

Um estudo comparativo da composição da mão-de-obra na região permite destacar vários pontos: preferência das sociedades agro-exportadoras pelos trabalhadores mantidos à margem dos sistemas políticos, onde são decididas as condições de trabalho; razões e incidência das medidas discriminatórias aplicadas aos trabalhadores emigrados; círculo vicioso no qual os trabalhadores agrícolas migrantes, aos quais é recusada qualquer possibilidade de integração nas sociedades receptoras, se encontram presos, agravando a marginalização da mão-de-obra nacional, beneficiando apenas aos plantadores e às companhias agro-industriais; perpetuação, através das medidas discriminatórias aplicadas aos novos engajados (todos de raça negra), de uma certa cultura européia, presumivelmente desaparecida.

O trabalhador agrícola ainda não goza, no Caribe, dos direitos civis e políticos conquistados pelas classes trabalhadoras européias do século XIX. Seria divulgando e colocando em prática estes direitos que, para chamar a atenção, deveria se dar o processo de criouliização. Sem proteção real, o grosso da população se reproduz e se multiplica fora dos sistemas econômico e cultural dominantes e a despeito das políticas oficiais. Esta demarcação do sistema dominante é o que convencionamos chamar de contra-plantation.

6 - Novos livres e impasse político

O colonialismo não é outra coisa senão a superposição da marginalidade econômica e da marginalidade política das populações colonizadas. O estado colonial estabelece os modos de distribuição do único meio de produção disponível: a terra. Mas o monopólio, ou, mais precisamente, a concessão que ele assegura aos plan

tadores desordena todos os princípios de uma economia de mercado. A proliferação das atividades remuneradas por tarefa testemunha uma busca desesperada de opções de sobrevivência dentro de um quadro institucional imposto de fora.

A plantação nunca pode sustentar uma concorrência prolongada com as empresas que, em razão das relações de trabalho prevalentes, procuram, sem parar, a melhoria de suas técnicas e das qualificações - portanto o nível de vida - de seus empregados. A sobrevivência da 'plantation' está ligada ao sistema colonial. Ao pressionar os novos libertados a atividades econômicas marginais, a instituição que os emprega se condena a desaparecer.

Incapaz de assegurar, como nos melhores tempos do tráfico de negros, uma oferta elástica de mão-de-obra, e incapaz de retirar qualquer possibilidade de negociação ao trabalhador, o Estado colonial provoca uma superabundância de efetivos e destrói as relações de trabalho pelo fracionamento dos produtos do trabalho árduo e pela imposição de uma concorrência monopolista. Tendo que ser investido em atividades marginais, o trabalho perde todo valor econômico.

Para se compreender bem uma situação colonial, é preciso preservar-se das ambigüidades lingüísticas que obscurecem as relações quotidianas. Para regulamentar a vida social caribenha, as instituições oficiais recorrem a conceitos elaborados nas metrópoles. Os analistas das sociedades caribenhas utilizam, geralmente, estes mesmos conceitos e consideram os fenômenos sociais locais como aproximações dos fenômenos metropolitanos. Desta forma, na área de produção econômica, fala-se de monopólios, contratos de trabalho, jornadas de trabalho, salários, greves, sindicatos, etc, mesmo em sua ausência.

Examinando o modo de utilização da mão-de-obra que prevalece depois da abolição da escravatura, descobrimos que as sociedades caribenhas diferem do modelo metropolitano. Antes da emancipação, apenas um ator econômico possui trabalho e capital, e os intercâmbios econômicos são desconhecidos. As categorias sociais

fundamentais - plantadores e escravos - se definem no nível das estruturas políticas.

Depois da emancipação, e por decisão unilateral das metrópoles, a propriedade do capital é separada da do trabalho. Os atos econômicos pertencem às categorias sociais de base que, daí em diante, passam a duas: a dos novos livres e a dos plantadores. Diversos tipos de novos livres existem, mas todos mantêm a mesma relação com o capital.

Os novos livres produzem em parcelas marginais que lhes pertencem, ou que lhes são alugadas, ou ainda em propriedades dos próprios plantadores. As matérias-primas são reunidas na fábrica, transformadas e, em seguida, vendidas no mercado internacional.

Em regra geral, é somente após o estabelecimento do valor total de venda do produto a ser exportado que o custo das matérias-primas será fixado e que os produtores serão ressarcidos. O esforço realizado para se produzir as matérias-primas ou o tempo que a ele é consagrado não é objeto de regulamentação alguma ou de negociação institucionalizada.

Sendo as relações - ou a ausência de relações - entre plantadores e novos livres afiançadas pelo Estado colonial, os agrupamentos de indivíduos e as associações voluntárias cobram constantemente dos poderes públicos a salvaguarda de seus privilégios e de seus direitos ou o arbítrio de suas contestações. O laço existente entre os "sindicatos" de trabalhadores agrícolas e os partidos políticos repõe as negociações entre capital e trabalho dentro do contexto apropriado, isto é, dentro do âmbito do colonialismo (da dicotomia blan-nèg).

A negociação "operária" não pode ser separada das lutas de liberação nacional. Se obtiver êxito, ela assina a condenação de morte da plantação. Os produtores de açúcar entram em falência e a cana é substituída pela banana, alimento que se acomoda melhor à pequena exploração camponesa.

Este tipo de negociação, que põe em questão todo o sistema institucional, supõe dirigentes com uma visão ou experiência so-

cial mais aprofundada do que os operários e trabalhadores agrícolas. A população de novos livres não controla, portanto, todas as repercussões dos movimentos de reivindicação, e os líderes possuem uma margem de autonomia considerável.

O menosprezo voltado ao novo livre, elemento-chave da mão-de-obra caribenha, e os preconceitos que impedem a compreensão da lógica de sua reprodução, derivam dos cortes seculares que separam as redes de agrupamentos de indivíduos que pertencem às categorias dominantes e dominadas. O sistema de "plantation", anulando ou, na melhor das hipóteses, expulsando seus recursos humanos, livra-os, ao mesmo tempo, de um entendimento com os seus administradores.

ABSTRACT

The New Freedmen

This article analyses the social, economic and political insertion of a new social category, the "new freedmen". Originally used to designate any individual freed by emancipatory decrees in the Caribbean, the expression here indicates a part of the work force, dislocated from one productive system to another, within the context not only of Caribbean social structures but also of Caribbean insertion in world economy.

RESUME

Les Nouveaux Libres

L'article analyse l'insertion sociale, économique et politique d'une nouvelle catégorie sociale, appelée "nouveaux libres". Utilisée à l'origine pour désigner tout individu libéré sur les décrets d'émancipation, l'expression indique ici une partie de la force de travail disloquée d'un système productif à un autre, prenant en considération non seulement les structures sociales des Caraïbes mais aussi l'insertion de ces pays dans l'économie mondiale.